



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 680268 - SP (2021/0220013-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE** : ALEX HENRIQUE DOS SANTOS  
**ADVOGADO** : ALEX HENRIQUE DOS SANTOS - SP363981  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : ADAO DE PAULA MANJA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ADAO DE PAULA MANJA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado Execução Penal n. 0004083-74.2021.8.26.0050).

O impetrante sustenta que, não obstante o boletim informativo apresentasse "bom" comportamento do paciente e o resultado favorável do exame criminológico, presentes os requisitos objetivo e subjetivo, o pedido de progressão de regime foi indeferido sob alegação de perigo abstrato diante dos antecedentes do paciente.

Aduz que "não cabe ao judiciário avaliar o requisito subjetivo além de um parecer técnico cuja elaboração é feita nos termos da própria LEP" (fl. 7).

Requer a concessão liminar da ordem com sua convalidação ao final.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente